



200ª Sessão Ordinária
Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

200ª Reunião Online do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Caráter Ordinário.

22 de fevereiro de 2022, Sala do Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde – SMS. Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, nº 6.100, Trindade, Florianópolis, SC. Das 32 instituições que compõem o CMS, 12 estavam presentes e 20 entidades faltaram. Estiveram presentes 15 participantes na condição de servidores, convidados, estudantes e comunidade em geral.

Abertura e Pauta

Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Saudou a todos e passou a palavra para o Presidente do Conselho Carlos Alberto Justo da Silva iniciar a Plenária.

Pauta

1. Aprovação das Atas nº 197 e 198;
2. Atualização do Enfrentamento ao COVID-19 e da Vacinação em Florianópolis;
3. Processo Eleitoral CMS 2022-2025 – Aprovação Regulamento e Cronograma;
4. Apresentação do Calendário 2022 CMS;
5. Apresentação Atividades desenvolvidas CMS 2021;
6. Informes (Secretaria Executiva, Comissões, CLS, CDS e Gerais);
7. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 201, de 29 de março de 2022.

Desenvolvimento dos Trabalhos

1º Ponto de Pauta | Aprovação da Ata nº 194;

1.1 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Saudou a todos os presentes e submeteu as Atas nº 197 e 198 para aprovação, solicitando que os contrários se manifestem.

1.2 Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro.

Manifestou-se a respeito da Ata nº 197, na pauta: Informes e Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 198, que não contemplava o ponto de pauta do Conselho Local de Saúde da Prainha, sobre o processo de demissão dos ACSs e contratação de profissionais. Gostaria de esclarecimentos sobre o motivo da não inserção do ponto nesta Plenária.

1.3 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

O tema apresentado pelo conselheiro Sulimar será abordado nesta Plenária, onde a Assessora Jurídica da SMS, Sra. Lucineia Aparecida de Oliveira, trará atualizações deste importante tema. Sendo necessário o tema pode voltar como pauta de uma próxima plenária.

1.4 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Feitos os esclarecimentos, o Presidente submeteu as atas 197 e 198 para aprovação e estas foram aprovadas por unanimidade.

2º Ponto de Pauta | Atualização do Enfrentamento ao COVID-19 e da Vacinação em Florianópolis;

2.1 Júlia Maria de Souza, Diretoria de Atenção à Saúde/SMS.

Iniciou sua apresentação com o Plano Municipal de Vacinação afirmando não ter muitas novidades, mas ainda há algumas questões. Sobre a vacinação dos adultos, há um número considerável de vacinação por dia. Com relação à vacinação infantil, Florianópolis está com uma média de 50% de cobertura vacinal.

Houve ampliação no horário de atendimento no SEAD, ficando das 09h às 21h, para haver maior flexibilidade com o horário de trabalho dos pais. Informou que há três semanas está sendo realizada a “quinta-feira da criança”, que é o dia em que todos os pontos de vacinação, somente na quinta-feira, vacinam exclusivamente crianças.

Reforçou a respeito da criação do novo ponto infantil de vacinação na Secretaria do Continente.

Comunicou que está sendo organizado para depois do carnaval, sabendo da

possibilidade do aumento de sintomáticos respiratórios, será avaliado para a vacinação infantil ser passada para os postos de saúde. Com relação à vacinação dos adultos, será mantido os pontos fixos: aeroporto, UFSC, Centro de Eventos LHS, Centro de Saúde Coloninha e a van da Imunizar que diariamente está no TICEN ou na Praça XV.

2.2 Deniz Faccin, Gerência de Inteligência e Informação/SMS.

Iniciou sua apresentação afirmando que nas últimas semanas houve uma tendência de queda nos casos de Covid-19, mas o número de óbitos ainda não começou a diminuir, atualmente a média móvel de mortes está acima de 800 quando no início de dezembro estava em 268. Apresentou um gráfico que mensura o número de casos notificados por dia de pacientes com sintomas respiratórios, tendo um pico no início de janeiro e agora, em fevereiro, está numa situação de estabilidade, da mesma forma nos óbitos. Com relação às demandas de atendimentos das UPAs e Centros de Saúde, notou-se um aumento no volume de atendimentos nas últimas semanas. Sobre os testes de Covid-19 realizados e a proporção de positivos foi de aproximadamente 32%, ou seja, 32% dos testes rápidos realizados foram positivos. Foram realizados 27.000 PCRs, sendo 12.000 (45%) com resultado positivo. Na apresentação seguinte mostrou os dados de ocupação de leitos de UTI de Santa Catarina com um total de 1.342 (80%) de taxa de ocupação; 264 (19,7%) ocupados por Covid-19; 810 (60,4) outras enfermidades; 268 (20%) livres. Nos dados de ocupação de Florianópolis está com 260 (73,5) leitos ativos; 27 (10,4%) ocupados por Covid-19; 164 (63,1) outras enfermidades; 69 (26,5%) livres. Destacou que em Florianópolis já foram aplicadas 1.163.898 (D1, D2 ou dose única); 19.528 doses aplicadas em crianças até 22/02/22. Em Florianópolis são 507.006 pessoas com a primeira dose; 29.748 (5,86%) com segunda dose atrasada; 460.828 com esquema vacinal completo; 212.093 com a dose de reforço; 120.087 com a dose de reforço atrasada, sendo 14.613 idosos com 60 anos ou mais. Apresentou dados da vacinação em Florianópolis com 99,64% pessoas com a primeira dose e 90,57 com a segunda dose; em Santa Catarina 83,55% com a primeira dose e 76,06% com a segunda dose; e o Brasil 79,72% com a primeira dose e 71,56% com a segunda dose.

2.3 Lisia Maria Barth, Conselho Distrital Norte.

Perguntou se existe algum planejamento para que essas vacinas sejam feitas nos postos de saúde para crianças, jovens e adultos para que facilite o deslocamento da população.

2.4 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Perguntou primeiramente como está a vacinação das crianças a nível de percentagem. A segunda pergunta é a respeito do ingresso dos estudantes nas escolas municipais, se será exigida a carteira de vacinação, e se está sendo tomada alguma medida para os

estudantes do Estado, para que não haja problemas àqueles estudantes que não estão vacinados.

2.4 Deniz Faccin, Gerência de Inteligência e Informação/SMS.

Respondeu que, segundo o IBGE, 50% das crianças de 5 a 11 anos já foram vacinadas. Em relação à matrícula escolar, acredita que a política de apresentar a carteira de vacinação não é viável, pois nem todos já chegaram no prazo de tomar a segunda dose.

2.5 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu ao Marcos Cesar Pinar que a criança tem o direito ao ensino, e por conta disso, não há como impedir a matrícula devido a ausência de vacinação. Esta questão cabe à escola informar ao Conselho Tutelar a criança que não está com a vacina em dia.

Informou à Lisia Maria Barth que já há um planejamento de vacinação nos postos de saúde, que iniciará após o Carnaval, com as crianças, por ter uma quantidade menor.

2.6 Marcelo Pacheco de Freitas, Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais.

Mencionou o problema que teve quando foi tomar sua quarta dose da vacina da Covid-19, devido ao desconhecimento da documentação necessária que deveria apresentar uma pessoa que possui imunossupressão, por parte dos funcionários do serviço terceirizado da Van Itinerante

2.7 Júlia Maria de Souza, Diretoria de Atenção à Saúde/SMS.

Informou que quando iniciou a quarta dose para os imunossuprimidos, tiveram problemas em relação à documentação para apresentar, mas em poucos dias essa situação foi corrigida.

2.8 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Falou que às vezes pode ocorrer essa falta de interpretação das orientações por parte dos profissionais, mas que as equipes são muito cobradas por isso. A Câmara Técnica do Plano de Vacinação contra a *Covid-19* está sempre à disposição para sanar as eventuais dúvidas referentes a tal assunto.

Finalizado este ponto de Pauta sobre o Covid-19 e vacinação, retomou a questão apresentada pelo Conselheiro Sulimar: “o processo de demissão dos ACSs e contratação de profissionais” e convidou a Sra. Lucineia Aparecida de Oliveira, da Assessoria Jurídica, para apresentar os esclarecimentos.

2.9 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Ressaltou que, desde a última Plenária, procurou-se acompanhar junto à Assessoria Jurídica o processo dos agentes de saúde, mas não houve um retorno, resultando assim na ausência de uma socialização com os conselheiros. Em dezembro, o conselheiro Sulimar retomou o assunto, assim, acordado que seria um tema de pauta de uma próxima reunião. Explicou que o tema entrou como informe nessa reunião, não como uma pauta específica pelo fato de não se ter novas informações a respeito. Havendo a necessidade de aprofundar o assunto, ele pode voltar como ponto específico de uma pauta posterior.

2.10 Lucineia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica SMS.

Saudou a todos. Informou que não há nenhuma novidade referente ao assunto dos agentes comunitários, e que essa informação já havia sido reforçada através de e-mail. As solicitações feitas foram todas encaminhadas para a Procuradoria, pois este é um tema que compete à Procuradoria e não Assessoria Jurídica

2.11 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Perguntou à Lucineia se ela solicitou à Procuradoria informações.

2.12 Lucineia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica SMS.

Afirmou que encaminhou a solicitação do Conselho para a Procuradoria, e que a Procuradoria respondeu na data de ontem (21/02/22) de que não havia nenhuma alteração no processo:

CI 49/PGM/SUBSIJUD/2022

qui. 17/02/2022 16:38

De: PGM/SUBSIJUD por Katherine Schreiner

Para: SMS/GAB/ASSJUR

Assunto: Correspondência Digital

Mensagem:

Prezada, O processo encontra-se no TCE, não tendo havido novos comunicados à SUBSIJUD no período. Att

2.13 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Considerou então que este assunto deve ser dos advogados das partes, para que sejam feitos os questionamentos junto ao Tribunal. Perguntou à Lucineia se o Tribunal teria acionado a Prefeitura.

2.14 Lucineia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica SMS.

Respondeu que não tem essa informação por não ser da sua área e sim da Procuradoria, mas que até o momento não houve nenhuma tramitação recente referente ao processo.

2.15 Rose Machado, Agente Comunitária de Saúde - CS Prainha - SMS.

Informou que fez parte da comissão, foi escolhida para representar seu grupo junto com o Sintrasm. Falou que o Sintrasm entrou com uma ação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e ganharam, mas o Tribunal de Contas (TCE) não ficou sabendo desse ganho de causa. Dessa forma, foi acordado que não seria levada essa ação ao Tribunal de Contas no ano passado, pois foi avaliado que não seria viável e que o conselheiro do Tribunal de Contas não seria tão amigável à causa, o que poderia causar demissões dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Afirmou que foi decidido que enquanto houver a pandemia, nenhum ACS será demitido, e que no momento certo (após a próxima mudança de conselheiros do Tribunal de Contas) a ação seria enviada ao TCE.

Falou que vários municípios estão realizando concurso público para ACS nesse momento, falou que inicialmente havia 800 ACS na Secretaria e hoje não somamos 300, a defasagem está demais.

Relatou o exemplo de uma colega que era ACS, uma ótima profissional, que pediu demissão mas queria continuar trabalhando, porém, lhe foi informado que após aposentada deveria se retirar. Afirmou que de acordo com a lei de 2019, a pessoa pode se retirar, mas não que deve, portanto ficaria à sua escolha, mas não foi o que aconteceu nesse caso. Reforçou que, com a falta de ACS, não dá para deixar essas situações acontecerem. Solicitou que respondessem sobre esse caso.

2.16 Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro.

Explicou que havia pedido essa pauta pois as informações jurídicas tratadas hoje não chegam para o usuário, e que de certa forma nem interessa à eles, o que interessa é quando a falta de ACS nas comunidades irá cessar, pois há muitos locais que o médico e enfermeiro não conseguem chegar se não tiver alguém da comunidade junto, prejudicando o atendimento aos usuários. Nas Plenárias passadas, o próprio Secretário falou que não sabia responder sobre essa questão por ser um processo judicial e, portanto, fora de sua alçada.

Reforçou que estão muito preocupados com essa questão e solicitou que nas próximas Plenárias se tenha um representante dos ACS para acompanhar o processo.

2.17 Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.

Saudou a todos, falou que passou pela mesma angústia que a Rose passou, pois tem visitado o Centro de Saúde (CS) mais próximo e viu a pressão que as trabalhadoras mais antigas estão sofrendo, na dúvida de como ficará a situação de cada uma. Em segundo lugar, falou sobre a questão de a equipe de saúde ser bem aceita na comunidade, afirmou que só ocorre quando o ACS é da localidade. Reforçou que é necessário valorizar esse trabalhador, principalmente nas áreas de risco/interesse social.

E sobre o que a Lisia falou, afirmou que é muito importante haver a vacinação contra a *Covid-19* nos CS, mas para isso é necessário que haja estrutura e pessoal para tal, não tirar profissionais de outros serviços para realizarem este. Agradeceu e finalizou sua fala.

2.18 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Sobre o tema dos Agentes Comunitários de Saúde, afirmou que alguns anos atrás, ele e o Prefeito estiveram no Tribunal de Contas defendendo a permanência dos ACS e o interesse da Prefeitura é de manter esses profissionais. Reforçou que está nas mãos do judiciário e não mais da Prefeitura.

Falou que o futuro é complicado, há uma determinação de se fazer concurso público para contratação de mais ACS, mas uma situação que pode ocorrer é o primeiro colocado no concurso morar longe demais do CS onde será alocado, impossibilitando a estratégia de colocar um ACS da própria comunidade em cada CS, e como a Carmen colocou, a equipe apenas é respeitada quando o agente é da comunidade. Reforçou também, que antes de tudo é necessário estabelecer qual o perfil de profissional que se espera para essa função. Falou que tudo isso dificulta o processo de abertura de edital, mas que irão estudar a possibilidade, acrescentou que poderiam contratar essas pessoas sem concurso público, e sim por contrato temporário, mas que não é uma modalidade de contratação muito aceita pelo Conselho e por ele próprio.

Por fim, falou que estão esperando a decisão do tribunal.

2.19 Rose Machado, Agente Comunitária de Saúde - CS Prainha - SMS.

Falou que atualmente está de licença mas que está acompanhando os números da vacinação, falou que 50% das crianças vacinadas é um número vergonhoso, antigamente faziam até “competição” de qual CS vacinava mais pessoas, falou que fica triste demais com esses números. Reforçou a importância dos ACS para o aumento desses números.

2.20 Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.

Falou que talvez se os ACS fossem visitar casa por casa dos usuários, como costumavam fazer, os números de vacinados aumentassem.

2.21 Érico Ivônio Vieira, Conselho Local de Saúde Tapera.

Saudou a todos, sugeriu que se realizasse um concurso público, no qual se chamasse primeiro os 50 primeiros colocados, e esses pudessem escolher o local que querem ser alocados, como se faz no magistério, eles provavelmente escolheriam locais mais próximos de sua residência, garantindo que os profissionais selecionados sejam moradores da comunidade que irão trabalhar. Reforçou a falta que os ACS fazem nas unidades.

2.22 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Falou que esse é um tema muito importante e complicado, irão estudar todas as possibilidades possíveis.

2.23 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Agradeceu a presença da Assessora Jurídica Lucineia e solicitou que repasse ao Conselho qualquer movimentação referente a esse processo.

2.24 Lucineia Aparecida de Oliveira, Assessoria Jurídica SMS.

Se colocou a disposição dentro de suas limitações e que poderá seguir fazendo a ponte entre Secretaria e Procuradoria. Falou que segue torcendo pelo melhor nesse processo que com certeza é a favor dos ACS, pediu licença para se retirar da reunião.

3º Ponto de Pauta | Processo Eleitoral CMS 2022-2025 – Aprovação Regulamento e Cronograma;

3.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Abriu o ponto informando que foram feitas 4 reuniões da Comissão Eleitoral, a qual é composta pelos conselheiros Lisia, Albertina, Marino e Daniela. Foi escolhida como Presidente da Comissão, a conselheira Lisia e como Secretária a conselheira Albertina. Foram construídos coletivamente o edital e o regulamento das eleições do CMS para ser aprovado na Plenária de hoje. Informou que os dois documentos foram minuciosamente discutidos na reunião da Câmara Técnica, a qual deu o indicativo de aprovação dos mesmos. Afirmou que os documentos foram enviados para todos os conselheiros por e-mail e a intenção é que hoje não precisemos ler e analisar detalhadamente todo o documento, pois é muito extenso, então os conselheiros que tiverem sugestões/contribuições podem se inscrever para falar e debatermos sobre. Fez a leitura do início do edital.

“EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O TRIÊNIO 2022-2025

O Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Municipais n.º 3291/89 e a Lei n.º 3970/93 e Lei 10.167/2016 convoca Assembleia de Eleição de Composição do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis para o triênio 2022- 2025, nos dias 18 e 19 de maio do corrente ano, com início às 18h30min, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Av. Professor Henrique da Silva Fontes, n.º 6100, Trindade, de forma presencial ou virtual conforme classificação de risco sanitário devido a pandemia de COVID19, na data da eleição.

A Assembleia de Eleição do Conselho Municipal de Saúde triênio 2022-2025, se dará nos seguintes termos disposto no Regulamento Eleitoral contido no Anexo I deste Edital.”

Explicou que no início das discussões sobre o processo eleitoral do Conselho, estava sendo pensado no dia 19 de maio para a assembleia de votação, a ser realizada de forma presencial, com uma opção de ser virtual caso a situação epidemiológica do município ainda não nos permita fazer presencial, portanto, foi feito dois regulamentos, um prevendo a votação presencial e outro a virtual. Na última reunião da Comissão Eleitoral surgiu a ideia de realizar a votação presencial em dois dias, dia 18/05 para o segmento de usuários e no dia 19/05 para o segmento de profissionais de saúde, gestores e prestadores de serviço, garantindo o distanciamento social e demais protocolos a realização presencial da votação, portanto mais qualificada. Afirmou que dessa forma, a votação aconteceria nesses dois dias, às 18h30min no auditório da SMS. Falou que o prazo para inscrições foi expandido, ficando de 17/03 a 19/04, as demais datas continuam as mesmas.

Reforçou que esse tempo entre o início e término do período de inscrições é muito bom para realizar a divulgação das eleições para as entidades interessadas e realizar as eleições nos Conselhos Locais de Saúde (CLS) e posteriormente (até antes do dia 15 de maio) dos Conselhos Distritais de Saúde (CDS), de onde sairão 4 (quatro) representantes para o CMS. Falou que os documentos de eleição dos CLS já foram encaminhados para todos, bem como foi realizada uma reunião para esclarecimentos acerca do mesmo. Se colocou à disposição dos CLS para auxiliar no processo de eleição dos mesmos. Falou que o Edital de eleição é praticamente o mesmo dos anos anteriores, mudando apenas a possibilidade das entidades que já tem cadeira no CMS de não precisarem enviar todos os documentos requeridos novamente, caso a Secretaria Executiva já os tenha arquivados. Questionou se alguém tem dúvidas ou sugestões.

3.2 Érico Ivônio Vieira, Conselho Local de Saúde Tapera.

Perguntou quem pode votar nas eleições para os Conselhos Locais.

3.3 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu que fazem parte do Conselho Local os moradores do bairro e os profissionais de saúde da unidade, portanto, são esses que podem votar nas eleições do CLS. Explicou que, no dia da eleição também serão escolhidos 4 (quatro) representantes (2 usuários e 2 profissionais) para o Conselho Distrital, já no Conselho Distrital serão escolhidos 2 (dois) representantes usuários para o CMS. Sobre as eleições do CMS, reforçou que são entidades que se candidatam e, portanto, elas votam e são votadas entre si.

3.4 Marcelo Pacheco de Freitas, Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais.

Saudou a todos, falou que muitas entidades e movimentos esbarram na formalização de suas candidaturas no Conselho, pois muitas não têm forma jurídica que as oficialize, embora existam e exerçam suas funções na prática, não conseguem concorrer a uma cadeira no CMS. Questiona qual a alternativa para essas entidades se candidatarem.

3.5 Maria Conceição dos Santos Machado, AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer.

Reforçou que a abertura para entidades se candidatarem ao CMS garante a diversidade no espaço e que isso é muito importante. Sugeriu que mudasse o esquema das suplências, pois na última eleição foi decidido que os suplentes poderiam ser de entidades diferentes de seus titulares, para se ter ainda mais representatividade. Porém, não avalia que foi uma boa ideia pois até hoje nunca viu o seu suplente em nenhuma reunião, nem mesmo na posse dos representantes eleitos. Reforçou a importância da representação no Conselho.

3.6 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Falou que a colocação da conselheira Maria tem está relacionada com a questão da representatividade. Concordou que é preciso encontrar estratégias para melhorar nesse quesito e acrescenta que será realizado um encontro com todas as entidades que se inscreverem para a eleição em data anterior a da Assembleia de Eleição, para apresentar o controle social, mais precisamente sobre o Conselho e o papel e compromisso dos conselheiros neste espaço. O objetivo desse encontro é conscientizar as representações acerca do compromisso assumido, buscando garantir uma representatividade efetiva ao longo da gestão.

3.7 Maria Conceição dos Santos Machado, AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer.

Acrescentou que na época da eleição ficou muito feliz com essa questão da suplência, ser de outra entidade, considerando que fortaleceria a participação no Conselho. Ressaltou que é grande responsabilidade de um conselheiro e que requer muito compromisso da entidade e de seu representante.

3.8 Lisia Maria Barth, Conselho Distrital Norte, Presidente da Comissão Eleitoral CMS.

Acrescentou que foi mudada também a entrega dos documentos de inscrição que, anteriormente, só podiam ser entregues pessoalmente, agora podem ser enviadas por e-mail. Reforçou a importância das representações e a necessidade de trazerem para essa eleição entidades que estejam comprometidas.

3.9 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Agradeceu pela lembrança da conselheira Lisia. Explicou que os documentos necessários para inscrição estão disponíveis no *link*.

3.10 Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Questionou se todas as entidades que se inscreverem devem ter pelo menos 2 (dois) anos de atuação em Florianópolis.

3.11 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu que sim, esta informação pode ser encontrada no regulamento eleitoral. Leu uma pergunta da conselheira Josimari do *chat*: “Quando as eleições poderão ser divulgadas?”. Gerusa respondeu que assim que o edital for assinado pelo Secretário poderá ser divulgado.

3.12 Maria do Rosário das Chagas de Souza, CLS Campeche e CDS Sul.

Saudou a todos, falou que o CLS Campeche está passando por dificuldades. Falou que é quase sempre ela que está presente nas reuniões e passa as informações para as demais. Informou que antes havia 6 pessoas no conselho e agora tem apenas 3. Perguntou se quem for se colocar para fazer parte do conselho precisa participar de todas as reuniões. Reforçou a importância do comprometimento com a causa.

3.13 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Explicou para Maria do Rosário que é ainda um grande desafio a participação da comunidade nos Conselhos, principalmente no período vivido no momento de pandemia, na sobrecarga das pessoas com outras atividades. Está havendo dificuldades em alguns conselhos locais, mas já estão sendo organizados encontros entre eles e a Secretaria Executiva para buscar superá-los e auxiliar neste processo.

3.14 Alencar Valmor Vígano, Associação de Moradores do Campeche.

Identificou-se dizendo estar presente na condição de conselheiro suplente e informou que também faz parte de outros dois conselhos (Conselho da Cidade e Conselho do Meio Ambiente). Fez um desabafo sobre o horário das reuniões do CMS, que parece adequado ao poder público, mas que não fecha com a capacidade das organizações sociais se fazerem presentes.

Não se pode jogar a responsabilidade da participação social somente nas costas das organizações sociais, pois as condições da população são diferentes das condições dos funcionários públicos. É confortável ao poder público realizar as reuniões em seu horário de trabalho as 15h da tarde, por exemplo, mas tem que bater palma para aqueles que participam das reuniões e estão fora do poder público, atuando no controle social em prol daqueles que não podem estar.

Deck coloca que “se o poder público está realmente interessado em que façamos um controle social adequado das políticas públicas, eles que adequem o horário que as organizações sociais possam participar efetivamente, ...” e disse que esta foi uma discussão do Plano Diretor.

Disse que seria viável colocar em votação o horário adequado para que muitos participassem das reuniões, daí sim poderia ser cobrado das organizações sociais se estão realizando seu papel ou não.

Ele conclui dizendo que a crítica feita em cima da ausência e desinteresse dos representantes da comunidade e unidades de saúde é indevida, pois muitos não participam por causa dos horários inadequados das reuniões que fica fora das condições de muitos.

Deck propôs a votação de indicação de um novo horário adequado para a participação das organizações sociais ampla e irrestrita para a próxima gestão.

3.15 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Respondendo a pergunta do Marcelo, Marcão disse que infelizmente as entidades precisam ter CNPJ, está na lei.

Relembrou que em 2013 houve um movimento do Decreto de Participação Social feito pelo governo Dilma, onde teve participação de vários Estados, inclusive Santa Catarina, e quem foi representante como gestor foi o Dr. Cândido pela Secretaria de Assistência Social, o movimento foi coordenado pelo Gilberto Carvalho, o projeto com o objetivo de ampliar a participação de entidades mesmo sendo Pessoa Física, exemplo Movimento da População em Situação de Rua (sabendo que esta população não tem CNPJ), mas infelizmente o Congresso vetou o projeto que ampliava um pouco mais os poderes dos conselhos municipais, estaduais e nacionais, e na época a Câmara Federal chamou os conselheiros de *Bolivarianos*, disse que faz esse resgate só para se ter um pouco de entendimento de como funciona a democracia do Brasil, quem faz o trabalho voluntário é chamado de *Bolivariano*.

Marcos explicou que portanto, não é possível ainda incluir entidades que não tem CNPJ e dois anos de inscrição, que não é falta de vontade da Gerusa (secretaria executiva do CMS) ou do secretário de saúde porque é lei, por isso o ideal é a forma sugerida pelo Conselho, da participação de algumas destas entidades nas eleições dos Conselhos Distritais de seu Centro de Saúde (CS), assim o sujeito pode ganhar as eleições como representante. Para haver alguma mudança é necessário mudar na Câmara de Vereadores que vai dizer que precisa mudar na Câmara Federal também. Sua fala procura mostrar quem pode, quem não pode ou como pode.

3.16 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Gerusa continuou sobre o assunto do Marcos Pinar citado acima, dizendo que desta forma o sujeito concorre como morador, e está sendo discutido na comissão eleitoral também é sobre a documentação das entidades e houve flexibilização, devido a pandemia pois muitas entidades não estão conseguindo se reunir para uma eleição de diretoria, com uma justificativa prévia será dado o prazo de 6 a 8 meses para esta adequação, visando não penalizar as entidades neste momento.

3.17 Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte.

Manifestou-se dizendo que concorda com a fala do Deck sobre os horários das reuniões, mas tendo em vista as 32 cadeiras disponíveis para a participação, é quase impossível conseguir atender as 32 cadeiras, nem sempre quando um pode o outro também pode.

Concluiu dizendo que não é falta de vontade, são os obstáculos que existem para a totalidade conseguir participar juntos.

3.18 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Para socializar, Gerusa disse que muitos conselheiros tem trazido esta dificuldade sobre não conseguir participar nos horários vespertinos, e que está ciente desta demanda.

Não havendo mais inscritos, Gerusa diz que é preciso colocar em votação da Presidência e Secretaria da Comissão Eleitoral para Triênio 2022-2025, com os nomes das conselheiras Lisia e Albertina respectivamente, do Edital e Regulamento das Eleições.

3.19 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Disse estar feliz com a Lisia à frente da comissão, pois ela demonstra comprometimento com a política de saúde defendida pelo conselho.

Encerradas as inscrições ele coloca em aprovação este ponto de pauta. Por unanimidade os conselheiros presentes aprovam para a Presidência e Secretaria da Comissão Eleitoral para Triênio 2022-2025, os nomes das conselheiras Lisia e Albertina respectivamente, o Edital e Regulamento das Eleições.

4º Ponto de Pauta | Apresentação do Calendário 2022 CMS;

4.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Disse que o calendário com as reuniões não foi muito compartilhado porque ainda precisa ser aprovado pelo conselho. Em seguida apresenta as datas prováveis das reuniões segundo calendário abaixo:

Mês	Sessão Plenária 13h 30min	Mesa Diretora	CAOF Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças	CT Câmara Técnica	CISM Comissão Intersetorial de Saúde Mental	Encontro de Conselheiros Encontro de Conselheiros Locais de Saúde
Regra	Última terça-feira do mês	2ª Terça-feira do mês	2ª Quinta-feira do mês	3ª Terça-feira do mês	3ª Quinta-feira do mês	Última sexta-feira do mês
Horário	13:00	14:00	09:30	13:30	10:00	14:00
Fevereiro	22	08	-	15	17	-
Março	29	08	10	15	17	25
Abril	26	12	14	19	20*	29
Maió	31	10	12	17	19	27
Junho	28	14	09	21	23*	24
Julho	26	12	14	19	21	29
Agosto	30	09	11	16	18	26
Setembro	27	13	08	20	15	30
Outubro	25	11	13	18	20	28*
Novembro	29	08	10	16*	17	25
Dezembro	13*	06*	01*	12*	-	-

Obs: Foi colocado na Plenária o horário das 13hs porque se tem o prazo de 30 caso seja presencial.

4.2 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

A conselheira Josimari disse que faz sempre a mesma reflexão do Deck sobre os horários das reuniões e sobre a ampliação de um maior número de participantes. Mencionou que este conselho atual se extingue no dia 31 de maio de 2022, por isso sugere que para a próxima composição do conselho seja reapresentado e pactuado a agenda de datas e que possa discutir os horários e que seja pauta da primeira plenária do próximo conselho. Sendo assim condiciona a aprovação desta agenda apresentada as datas de reuniões que acontecerão até o mês de maio, pois disse sentir-se desconfortável em aprovar uma agenda que não irá participar. Solicitou que esta ressalva conste em Ata.

4.3 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Disse que esta discussão do calendário está em todos os locais, lembrou que também teve dificuldades no horário das reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), levou na reunião da CIB da dificuldade de estar presente, e ainda está sendo decidido a questão do horário.

Achou pertinente os pontos levantados pela Josimari, e concorda em deixar aprovado até maio e diante da nova gestão reapresentar a agenda.

4.4 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Gerusa consulta aos demais conselheiros se há acordo nessa proposta, e assim por unanimidade o calendário de reuniões do CMS fica aprovado até o mês de maio. Sendo necessário reapresentar o calendário para as reuniões subsequentes a nova gestão do Conselho.

5º Ponto de Pauta | Apresentação Atividades desenvolvidas CMS 2021;

5.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Gerusa apresenta relatório sobre as atividades de 2021, totalizando 224 reuniões, e muitas destas na coordenação à frente das reuniões.

É motivo de muito orgulho, porque ele é ativo e efetivo, não é só no papel, ele se faz representar.

Mencionou que participou da reunião do Conselho Nacional e Florianópolis foi a única capital que fez a Conferência de Saúde Mental até o momento. Motivo de alegria para o Conselho e a Secretaria de Saúde. Acrescenta que mesmo sendo em formato virtual, foi legitimada com a presença de usuários e profissionais.

Falou que ficou contente de ter participado desse encontro Nacional, onde também o CMS foi parabenizado pelo professor Jeferson da Universidade Federal de SC que tem assento naquele Conselho, que reconheceu a atuação ativa do nosso Conselho.

Plenárias	14
Reuniões CLS e CDS	106
Comissões (Câmara Técnica, CAOF, CISM, Saúde Bucal, Mesa Diretora)	39
Plano Municipal de Saúde	12
3ª Conferência Municipal de Saúde	16
Formação de Conselheiros	8
Roda de Conversa	5
Webinar	6
ALESC, Câmara de Vereadores e Conselhos (CNS, CES, CMI, CMDCA)	18
Total	224

Após essa apresentação a Secretária Executiva comunicou que o Conselho recebeu um ofício da Secretaria Estadual de Saúde solicitando a aprovação da habilitação de seis

novos leitos de terapia intensiva adulto, tipo dois para o Hospital Governador Celso Ramos, e essa habilitação tinha pressa de ser encaminhada para o Ministério da Saúde para que não se perdesse esse recurso para o Hospital. Então essa solicitação foi discutida e aprovada na Mesa Diretora, ficando para hoje (22/02) a homologação em plenária dessa aprovação. Iniciou a leitura **da Resolução número dois que aprova seis novos leitos de terapia intensiva adulto, tipo dois para o Hospital Governador Celso Ramos.**

5.2 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Explicou que o Ministério da Saúde estabeleceu um prazo para que os Estados respondessem quantos leitos de UTI permaneceriam para a Covid-19. Não havendo questionamentos colocou em aprovação. Não havendo manifestações contrárias da parte dos conselheiros presentes, deu-se por aprovada a Habilitação de **seis novos leitos de terapia intensiva adulto, tipo dois para o Hospital Governador Celso Ramos.**

6º Ponto de Pauta | Informes (Secretaria Executiva, Comissões, CLS, CDS e Gerais);

6.1 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Iniciou o ponto de pauta com os informes dos conselhos locais e distritais. Confirmou que está havendo reuniões com os conselhos, dentre eles, o CDS Sul fez uma reunião, na qual elaborou um documento de reivindicações dos CLS da Região que foi entregue ao Secretário Municipal de Saúde em outro encontro. E que foi feita uma terceira reunião onde foi repassada a resposta da Secretaria Municipal de Saúde para os representantes dos CLS. Os Conselhos Locais de Saúde estão todos bem informados a respeito de suas eleições para 2022-2025.

Esclareceu a respeito da prestação de contas do 3º quadrimestre, que no dia de hoje (22/02/22) estaria sendo apreciada, mas por conta de problemas com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), não foi possível que o Luciano, Gerente de Orçamento pudesse repassar para o Conselho. Ontem (21/02/22) ele conseguiu abrir o Sistema e começará a trabalhar na transferência de dados, e assim que encerrar esta etapa, informará ao Conselho. Assim teremos a opção de fazer uma reunião extraordinária para fazer a apreciação do terceiro quadrimestre de 2021, ou deixar para abril que é quando se apresentará o Relatório Anual de Gestão (RAG).

6.2 Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Iniciou agradecendo a todas as entidades que, durante a greve dos servidores, se manifestaram e declararam apoio à greve. Tanto as entidades, quanto os conselhos locais de saúde, entidades sindicais etc, que, entendem que Saúde se faz com pessoas, que a defesa da Saúde é também a defesa dos trabalhadores da Saúde. O fato da Saúde ter se sobressaído na greve é uma consequência do esgotamento dos trabalhadores durante esses dois anos de pandemia. Informou que no dia 24/02 irá participar da primeira reunião relativa à fiscalização do contrato da UFSC da ACAFE

6.3 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Comunicou que foi solicitado um membro representante do Conselho Municipal de Saúde para o Comitê de Volta às Aulas. Perguntou se, diante desta solicitação, será encaminhado algum conselheiro.

6.4 Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

Solicitou esclarecimento ao Presidente do CMS. Ressaltou que na última vez foi indicado o conselheiro Emerson de Jesus Duarte, mas neste processo, o CMS não tinha direito a voto, sendo assim, o conselheiro Emerson não se sentiu contemplado pois não teve direito de voto. Finalizou perguntando se desta vez o CMS terá direito a voto, se caso sim, um nome poderá ser indicado, mas caso contrário não tem o por quê, pois não estará havendo participação social.

6.6 Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Salientou que a saída do conselheiro Emerson foi pactuada devido a esta situação, e sugeriu que primeiramente seja consultado o conselheiro dado o motivo da sua saída.

6.7 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Comunicou que o conselheiro Sulimar mostrou interesse em participar, mas que primeiramente o Emerson será consultado.

6.8 Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte.

Perguntou se haverá direito a voto, ressaltando a pergunta do conselheiro Marcos Cesar Pinar.

6.9 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Informou que conversou com a Priscilla, Diretora Vigilância Sanitária que faz parte do Comitê neste momento, e ela respondeu que quando foi iniciado o Comitê, o CMS entrou após o decreto o que ocasionou o não direito a voto. Mas depois foi vista a importância de todos os participantes terem direito a voto e assim tem acontecido.

6.10 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Afirmou que a melhor forma é que haja um questionamento oficial a Secretaria Municipal de Educação para manter uma resposta oficial.

6.11 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Respondeu que a pergunta será feita oficialmente, e quando obtiver a resposta, esta será socializada com os conselheiros.

6.12 Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Salientou a sua preocupação quanto aos prazos para apresentação das contas, que esteja dentro do limite legal, e que caso esteja tudo dentro do prazo, não há problemas em colocar a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2021 na pauta de abril.

6.13 Gerusa Machado, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Informou que a Administração da PMF já aguarda o parecer do Conselho e trabalha com o prazo de 30 de março, mas já foi esclarecido que o RAG só será apreciado em Abril. E segundo a Daniele do Planejamento não há problemas legais em se deixar para abril. Então a Secretaria Executiva continuará acompanhando essa questão e informará a todos caso haja necessidade de uma reunião extraordinária.

7.Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 201, de 29 de março de 2022.

Gerusa informa que na próxima pauta deverá constar a Programação Anual de Saúde 2022 e 2023. E assim se encerra esta plenária.

Conselheiros Presentes

Presidente

1. Carlos Alberto Justo da Silva, Presidente do CMS.

Governo Municipal

2. Daniela Baumgart de Liz Calderon, Secretaria Municipal de Saúde.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

3. Deise Maria Pacheco Gomes, Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região.

Instituições públicas ou privadas de ensino

4. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

5. Marcos Cesar Pinar, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.
Albertina da Silva de Souza, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.
(suplente)
6. Irma Manuela Paso Martins, Instituto Arco-Íris.
7. Alencar Valmor Vigano, Associação de Moradores do Campeche.

Conselhos Distritais de Saúde

8. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro.
Sulimar Vargas Alves, Conselho Distrital de Saúde Centro. (suplente)
9. Lisia Maria Barth Lavalhos, Conselho Distrital de Saúde Norte.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

10. Marcelo Pacheco de Freitas, Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais.
11. Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores CUT/SC.

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

12. Maria Conceição dos Santos Machado, AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer.

Entidades Ausentes

Governo Municipal

13. SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social.
14. SME | Secretaria Municipal de Educação.
15. SMI | Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Governo Estadual

16. SES | Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

17. AHESC | Associação de Hospitais de Santa Catarina.
18. SINDILAB | Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia de Santa Catarina.

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

19. CREFITO 10 | Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
20. SOESC | Sind. Odontologistas no Estado de SC.
21. ACMFC | Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade

22. ACO | Academia Catarinense de Odontologia.

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público.

23. SINDSAÚDE | Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis

24. SINDPREVS | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina.

Entidades Populares

25. FCM | Federação Catarinense de Mulheres.

26. UNEGRO | União de Negras e Negros pela Igualdade de Santa Catarina.

27. PPI | Pastoral da Pessoa Idosa.

28. CONFIA | Conselhos Comunitários Loteamentos Jardim Anchieta, Flor Ilha e Jardim Germânia.

Entidade de Aposentados e Pensionistas

29. AFABB/SC | Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Conselhos Distritais de Saúde

30. CDS CONTINENTE | Conselho Distrital de Saúde Continente.

31. CDS SUL | Conselho Distrital de Saúde Sul.

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência.

32. GAPA | Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS.

Participantes e Convidados

- 1. Ana Paula Guedes Werlang** - Representando ACBG Brasil - Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço
- 2. Bruna Silveira Monteiro** – Estagiária de Serviço Social – Equipe Secretaria Executiva CMS
- 3. Clareci Costa**
- 4. Claudete Goulart** - CLS Cachoeira do Bom Jesus
- 5. Deniz Faccin** - Gerência de Inteligência e Informação SMS/PMF
- 6. Érico Ivônio Vieira** - CLS Tapera
- 7. Geovana Spohr** – Estudante de Serviço Social UFSC
- 8. Gerusa Machado** – Assistente Social – Secretária Executiva CMS

9. **Júlia Maria de Souza** - Diretoria de Atenção à Saúde DAS/SMS
10. **Lucilene Paes** – Gerência de Atenção Primária – GAP/SMS
11. **Lucineia Aparecida de Oliveira** - Assessoria Jurídica SMS
12. **Maria do Rosário das Chagas de Souza** - Coordenadora adjunta CLS Campeche e Suplente usuário CDS Sul
13. **Melícia Isabel de Pinho**
14. **Rose Machado** - Agente Comunitária de Saúde - CS Prainha - SMS
15. **Silvia Grando** – Socióloga – Equipe Secretaria Executiva CMS

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais

ACS - Agente Comunitário de Saúde

CDS - Conselho Distrital de Saúde

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

CLS - Conselho Local de Saúde

CMS - Conselho Municipal de Saúde

CS - Centro de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LHS - Luiz Henrique da Silveira

RAG - Relatório Anual de Gestão

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

TCE - Tribunal de Contas

TICEN - Terminal de Integração do Centro

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UTI - Unidade de Tratamento Intensivo